

ABILI LÁZARO CASTRO DE LIMA

MEMORIAL

**Memorial apresentado como requisito parcial para a obtenção da
progressão funcional para Professor Titular da Universidade Federal do Paraná**

Curitiba

07 de janeiro de 2021

SUMÁRIO

1. MINHAS ORIGENS OU COMO TUDO COMEÇOU	03
2. FINALMENTE, A DOCÊNCIA	05
3. O MESTRADO E O DOUTORADO: O INÍCIO DO AMADURECIMENTO INTELECTUAL E DOCENTE	06
4. ENFIM, PROFESSOR DO CURSO DE DIREITO DA UFPR	09
4.1. As experiências no Curso de Graduação	10
4.2. As experiências no Curso de Pós-Graduação e as produções intelectuais	16
4.3. As experiências nos cargos administrativos e órgão de representação	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23

1. MINHAS ORIGENS OU COMO TUDO COMEÇOU

Quando iniciamos um novo caminho, nunca começamos do nada. Há sempre um conjunto de experiências que trazemos conosco e que fazem parte da nossa vivência acumulada que definem nossas posturas e nosso pensamento.

Por este motivo, eu não poderia começar a minha autobiografia acadêmica na UFPR sem falar um pouco como foi minha trajetória até 29 de junho de 1998, quando ingressei como professor.

Nasci em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1963, numa família com poucos recursos financeiros e sem tradições acadêmicas. Todavia, com bastante sacrifício e graças ao auxílio de bolsas de estudo, meus pais conseguiram me matricular no Colégio La Salle, uma escola privada com excelente formação humanista, no qual fiz todo o ensino primário. Lá, entre 1970 a 1977, aprendi a gostar muito de Língua Portuguesa, História e Geografia. Tinha um postura autodidata: eu gostava de ler livros didáticos além daqueles adotados pelos professores, costume que me acompanhou por toda a minha vida acadêmica. Portanto, minha inspiração para as ciências humanas iniciou-se neste contexto, bem como desencadeou o interesse em aprender idiomas, apesar de não haver disciplinas desta área no currículo.

O ensino de segundo grau na época estava estruturado em “terminalidades”, ou seja, habilitações que tinham um perfil profissionalizante para escolha do aluno. Para minha felicidade, no Colégio Estadual Cristóvão de Mendonça, havia a terminalidade “Técnico Tradutor e Intérprete”, o qual me propiciou, entre 1978 a 1980, um ótimo aprendizado em inglês e francês e uma formação mais direcionada às ciências humanas. Esta experiência consolidou não apenas meu gosto para aprender línguas mas, sobretudo, despertou minha vocação para a docência.

Porém, no último ano do curso secundário, vivenciei um grande dilema: como continuar meus estudos na universidade, eis que a única universidade na cidade era particular e, portanto, havia necessidade de pagá-la, sendo que o Curso de Letras era ofertado no turno diurno e que, conseqüentemente, me impossibilitava de trabalhar para custear os meus estudos. Por outro lado, prestar vestibular em outra cidade para cursar uma universidade pública não era viável em face dos custos da minha manutenção.

A alternativa foi arriscar a obtenção de um crédito educativo, que era um programa do Ministério da Educação para financiar os estudos para pagamento após a conclusão do curso superior. Prestei o vestibular para o Curso de Letras e fui aprovado em 1980, na expectativa que no final do primeiro semestre, o qual foi custeado pelos meus pais, eu obtivesse a subvenção governamental, sob pena de trancar o curso e ter que ingressar no mercado de trabalho.

Infelizmente, não logrei a concessão do crédito educativo e, no segundo semestre, comecei a trabalhar como vendedor de discos numa loja de eletrodomésticos. Mas não esmoreci com esta adversidade e busquei alternativas para a continuidade da minha formação em nível superior. Dentre as opções para cursos ofertados no período noturno, simpatizei com o Direito, especialmente porque cogitava a possibilidade que, minha predileção por línguas juntamente com a formação jurídica, pudessem colaborar para minha aprovação para ingresso no Instituto Rio Branco.

Fui aprovado no vestibular para o Curso de Direito em 1981 na Universidade de Caxias do Sul, o qual concluí em 1986. Tive a felicidade de ter excelentes professores, dentre eles, os que mais me inspiraram para a docência foram Juarez Freitas que me apresentou a instigante Filosofia do Direito e Maristela Basso com o fascinante Direito Internacional Privado, os quais me estimularam aos estudos acadêmicos e à docência. Durante o curso, o qual conciliei com o trabalho em um banco a partir de 1984, procurei aproveitar o máximo para estudar e estar preparado para atuar como advogado, especializado em Direito do Trabalho, o que me possibilitaria minha mudança de cidade para continuar meus estudos no Mestrado e no Doutorado.

Após a colação de grau, busquei encontrar vagas para atuação como advogado nas filiais do Departamento Jurídico no banco onde trabalhava e tive êxito em 1987, em Curitiba.

Em 25 de agosto de 1987 cheguei em Curitiba para começar uma nova etapa da minha vida, especialmente porque ela me levou à realização de alguns sonhos importantes: concluir o Mestrado e o Doutorado e trabalhar com a docência, minha vocação. Lembro-me que uma das minhas primeiras incursões pela cidade foi a visita ao Prédio Histórico da UFPR na Praça Santos Andrade para buscar informações sobre o processo seletivo do Mestrado. Porém, havia ainda um longo percurso para que isso ocorresse.

Atuei como advogado entre 1987 a 1998, especialmente na área de Direito do Trabalho. Foi, sem dúvida, uma experiência muito importante, sem a qual eu não seria o mesmo professor que sou hoje. A advocacia me capacitou vivenciar a prática do direito e, como ela, possibilitar que o ensino que ministro esteja contextualizado com a realidade, sobretudo em se tratando de disciplinas de formação geral, como a Sociologia do Direito, para que o conhecimento aprendido em sala de aula não seja uma mera “exumação de cadáveres” consistente numa mera decoreba de categorias teóricas do pensamento dos sociólogos estudados.

Apesar do bom desempenho e da estabilidade material que a advocacia me propiciou durante algum tempo, havia um pensamento que me incomodava diariamente: buscar meu lugar ao sol na academia. Eis que, em 1993, tornei-me professor.

2. FINALMENTE, A DOCÊNCIA

Em abril de 1993, por indicação de um amigo advogado (uma vez que não era conhecido no meio acadêmico), fui indicado para ministrar a disciplina Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de Curitiba (hoje UNICURITIBA). A seleção foi uma prova de fogo: ministrei aulas para a minha futura turma do quinto ano, sob a avaliação da professora que eu iria substituir. É desnecessário dizer que foi um grande desafio não apenas por ser minha primeira experiência como professor, mas sobretudo por assumir uma turma no final do curso, no meio do semestre e pela necessidade de preparar as aulas. Felizmente, as lições do professor Juarez Freitas na minha graduação e seu livro “As Grandes Linhas da Filosofia do Direito” foram fundamentais neste início.

A conciliação da advocacia com o magistério não foi uma experiência fácil, porque cada vez estava envolvido com a preparação das aulas e leituras de atualização acadêmica e, a cada dia que passava, mais apaixonado com a docência.

Coincidentemente, neste ano, a sociedade de advogados da qual participava produziu uma série de dissabores e decepções. Tinha chegado o momento na advocacia que se tornava necessário o questionamento se este era o caminho certo: investir na carreira de advogado ou mudar de caminho, especialmente na docência.

Ano novo, vida nova. 1994 (um ano paradigmático por ser um marco da ruptura): eu decidi sair do escritório e advogar como *freelancer* para algumas empresas na consultoria trabalhista, sem escritório profissional e trabalhando em casa, eis que não tinha como manter os custos. Os meus rendimentos decresceram drasticamente, mas a alegria de trabalhar no que eu gostava e a sensação de liberdade não tinham preço. O futuro era uma incógnita, porém estava muito otimista e defini algumas metas a serem concretizadas a curto tempo: lecionar em outros Cursos de Direito, voltar a cursar línguas e submeter-me ao processo seletivo para o Mestrado em Direito da UFPR.

Matriculei-me na Aliança Francesa para concluir meus conhecimentos e, especialmente, para preparar-me para a prova da seleção do Mestrado. Em maio, comecei a trabalhar como professor da disciplina Teoria do Estado na Sociedade Educacional Tuiuti (hoje Universidade Tuiuti) no Curso de Direito recém criado. Durante este ano, dediquei-me ao estudo aprofundado de Direito Constitucional, eis que pretendia a orientação do professor Clèmerson Merlin Clève. No final do ano, a Sociedade Educacional Tuiuti contratou-me como consultor trabalhista e isso possibilitou uma melhora na minha estabilidade financeira.

Os objetivos previstos para 1994 foram cumpridos e eles desencadearam um novo tempo e a concretização de mais um sonho: ingressar no Mestrado.

3. O MESTRADO E O DOUTORADO: O INÍCIO DO AMADURECIMENTO INTELECTUAL E DOCENTE

Fui aprovado em fevereiro de 1995 no processo seletivo do Mestrado em Direito da UFPR, em segundo lugar, na área Direito do Estado e o meu projeto de pesquisa versava sobre transformações do Estado e do Direito e as influências da globalização econômica sob o ponto de vista da soberania. No primeiro semestre cursei a disciplina Sociologia do Direito ministrada pelo Professor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, a qual abriu novos horizontes tanto para a pesquisa, para a investigação da dissertação e para a docência. Esta disciplina despertou-me um interesse muito maior do que eu tinha até então pela Filosofia do Direito. E assim, surgia o germe do futuro professor de Direito e Sociedade do Curso de Direito da UFPR.

Em março de 1995, além de Teoria do Estado, passei a lecionar Direito Constitucional na Sociedade Educacional Tuiuti. Em junho, deixei de lecionar na Faculdade de Direito de Curitiba e fui convidado, em 1996, pelo professor Manoel Eduardo para lecionar, como prática de docência, a disciplina Direito e Sociedade na turma do primeiro ano noturno do Curso de Direito da UFPR. Mais um desafio aceito e muito trabalho para conhecer uma disciplina nova e preparar as aulas.

Os anos de 1995 e 1996 foram a expressão de um grande aprendizado não apenas nas leituras indicadas para as aulas pelos professores do Mestrado mas, sobretudo, para dar conta da carga de leitura necessária para formar a base teórica que eu carecia desde a saída da graduação, não apenas no âmbito do Direito, mas também na Sociologia, Filosofia e Ciência Política. Concluí o Mestrado em novembro de 1996, em tempo recorde, pois havia a expectativa da realização de concurso para a disciplina Direito e Sociedade em 1997. Durante o Mestrado, dentre os ótimos professores que tive, destaco o professor Celso Luiz Ludwig, que representou e ainda representa um professor e intelectual brilhante e um ser humano exemplar. Resumindo: é meu guru intelectual.

Em 1997, além das disciplinas Teoria do Estado e Direito Constitucional lecionei a disciplina Direito do Trabalho na Sociedade Educacional Tuiuti. No final deste ano, fui admitido no Doutorado em Direito da UFPR.

A experiência no Doutorado foi ao mesmo de tempo de curta duração e com muita intensidade, extremamente diferente do que normalmente ocorre. A admissão ficou condicionada à conclusão do Doutorado em 24 meses com o aproveitamento dos créditos das disciplinas realizadas no Mestrado. Por isso, não havia muito tempo a perder: os anos de 1998 e 1999 foram anos de intensa leitura sobre um tema que implicava muitas dificuldades bibliográficas e metodológicas: desvendar as consequências negativas na política e no Direito causadas pela globalização econômica e o neoliberalismo. Além disso, era necessário conciliar os estudos para a preparação para o provável concurso na UFPR. Por isso, foi necessário pedir a prorrogação de quatro meses de prazo para conclusão do Doutorado. Por isso, o Doutorado foi realizado em 28 meses.

A produção escrita da tese foi uma atividade prazerosa. Eu sei que esta sensação não é normal para os doutorandos porém, até mesmo para minha surpresa, quando iniciei a escrever, já com todas as leituras realizadas e o sumário provisório

elaborado, a redação fluiu facilmente. Em 25 de agosto de 2000, exatamente 13 anos após chegar em Curitiba, com muitas expectativas e projetos, eu concretizava mais um sonho: a conquista do título de Doutor.

Além da recomendação da banca de avaliação da tese, recebi muitos estímulos para a publicação da tese em livro, especialmente pela falta, na época, de livros que tratassem da globalização e o direito. Em 2001, encaminhei o texto primeiramente para a Editora Vozes na expectativa que o livro fosse publicado na Coleção “Zero à Esquerda” que tinha muitos títulos sobre a crítica à globalização e ao neoliberalismo. Todavia, recebi resposta negativa, eis que a temática do Direito não se enquadrava com a sua linha editorial. Posteriormente, submeti o original para a Editora Sérgio Antônio Fabris juntamente com uma recomendação do Professor Luiz Edson Fachin e, em setembro, recebi a notícia que seria publicado em 2002.

Neste ínterim, participei da solenidade de entrega do Título de Doutor Honoris Causa para o Professor Octavio Ianni, como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPR, na qualidade de representante do Setor de Ciências Jurídicas. Eis que, quando cumprimentei o referido Professor após a cerimônia, disse-lhe que tinha escrito uma tese sobre a globalização e o direito e que tinha utilizado os seus livros como principais marcos teóricos e lhe perguntei se ele aceitaria fazer a leitura. O Professor Ianni imediatamente aceitou e saiu da fila de cumprimentos, foi até o bolso do seu paletó que se encontrava na cadeira da mesa da cerimônia e ele me trouxe o seu cartão de visitas e disse-me para eu enviar a tese. Fiquei impressionado com a humildade e singeleza do gesto do Professor e, transcorridos alguns dias, contei este acontecimento para alguns de meus colegas professores na UFPR, os quais me sugeriram perguntar para Professor se ele concordaria em fazer o prefácio do livro.

Criei coragem e telefonei para o professor Ianni, eis que ele não me conhecia e não tinha vínculos com o PPGD da UFPR, nem com seus professores, O Professor atendeu-me de maneira muito cordial e aceitou o convite e me pediu para quando eu precisava do texto. Eu lhe disse novembro (aproximadamente 2 meses para a entrega) e ele me disse: “Até o dia 15 de novembro o senhor vai receber a carta com meu prefácio”. E britanicamente, a carta, com o prefácio datilografado, chegou no dia 14 de novembro.

Quase um ano e meio depois, soube do falecimento do Professor Octavio Ianni, que trabalhou até seus últimos dias de vida apesar do câncer. Portanto, quando eu solicitei o prefácio do livro, ele já se encontrava doente. Guardo ainda hoje, com carinho, a grandeza da sua figura e a humildade que é característica dos grandes intelectuais.

4. ENFIM, PROFESSOR DO CURSO DE DIREITO DA UFPR

Como eu havia antecipado no início deste memorial, era fundamental conhecer um pouco da minha trajetória pessoal para compreender meu ingresso como professor do Curso de Direito da UFPR ao longo de 22 anos.

No item anterior eu relatei que a preparação para o concurso para professor da disciplina Direito e Sociedade foi concomitante à realização do Doutorado em condições bastante adversas em face do tempo para a conclusão. Todavia, a preparação para o concurso exigiu uma dose externa de estratégia e organização do tempo.

Porém, a opção de realizar o concurso implicava um dilema: o concurso era para o regime de trabalho de dedicação exclusiva. Por um lado, ser professor de uma IFES era a concretização de um sonho, ainda mais considerando o regime em dedicação exclusiva, o que era algo excepcional. Além disso, como relatei anteriormente, nos últimos anos as experiências da advocacia não haviam sido muito promissoras e não encontrava nela a mesma alegria e vocação que tinha pelo magistério.

Por outro lado, vários senões. Primeiramente, a carreira de professor em Cursos de Direito ainda se encontrava em estágio embrionário, eis que somente a partir da metade da primeira década dos anos 2000, quando passaram vigorar as exigências do MEC para um percentual mínimo de mestres e doutores em regime parcial ou integral, começaram a tornarem-se mais dignas as remunerações dos professores, que anteriormente eram contratados como horistas. Os próprios professores, na maioria das vezes, preferiam desta forma, pois consideravam o magistério um “bico” ou um *hobby* e, muitas vezes, um “selo de qualidade” para ostentar na sua carreira jurídica. Ou seja, o salário pouco importava. Em segundo lugar, tratava-se do final do primeiro mandato do Governo FHC, caracterizado pelo arrocho financeiro das IFES e da remuneração dos

professores, o que desencadeou muitos pedidos de aposentadoria de docentes em face disso, sem a possibilidade de substituí-los por novos concursos (os que ocorreram foram muito poucos). Em terceiro lugar, eu teria de abandonar a advocacia, após 11 anos de exercício, a qual me garantia uma remuneração correspondente ao dobro do que receberia como professor assistente na UFPR.

Após um período de reflexão, considerando os prós e os contras, decidi assumir o desafio de ser professor em regime de dedicação exclusiva. Muitos amigos advogados e professores, ao saberem da minha decisão, me chamaram de ousado. Outros de louco. Outros me chamaram de louco e ousado. Porém, o tempo demonstrou que foi uma decisão correta e sábia, conforme relatarei minhas experiências nestes 22 anos na UFPR.

Em maio de 1998 foi realizado o concurso, sendo candidatos eu e a Professora Katie Silene Cáceres Argüello. A banca foi composta pelos professores José Antônio Peres Gediel (UFPR), José Roberto Vieira (UFPR), Sílvia Maria de Araújo (UFPR), Celso Campilongo (USP) e Eliane Botelho Junqueira (UFRJ). O Diretor do Setor de Ciências Jurídicas à época, professor Alcides Alberto Munhoz da Cunha, considerando a performance dos candidatos e a necessidade da contratação de professores em regime de dedicação exclusiva em face da LDB de 1996 e das novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito definidas em 1994 (havia apenas quatro professoras neste regime), postulou junto ao Conselho Setorial a aprovação de vaga para mais um professor e, por este motivo, também fui contratado. Enquanto eu escrevia, tive um *insight*: fui o primeiro professor contratado em regime de dedicação exclusiva do sexo masculino para atuar no Curso de Direito. O primeiro, desde 1912.

4.1. As experiências no Curso de Graduação

A disciplina Direito e Sociedade era ofertada para o primeiro (“A”) e segundo (“B”) anos do Curso de Direito. Elas eram ofertadas para quatro turmas (duas turmas para cada turno) com carga horária de 60 horas-aula anuais. Portanto, ao ingressar como professor, eu ministrava 8 horas-aula por semana com aproximadamente 150 alunos ao todo. Tratava-se de uma carga horária atípica, porque a maioria dos professores tinha entre uma a duas turmas. Na época eu tinha 35 anos e era um dos professores mais jovens

do Curso e isso contribuiu muito para minha aproximação com o corpo discente, o que propiciou uma forma de romper as extremamente formalizadas relações professor-aluno que vigoravam. Além disso, contribuiu para o processo ensino-aprendizagem para torná-lo mais leve, dialogado e participativo, transcendendo as tradicionais aulas conferências disseminadas de forma geral e reproduzidas ao longo dos anos.

A propósito, esta sempre foi uma característica da minha atuação docente: sempre ministrei uma carga horária maior na graduação comparativamente a outros professores e não a reduzi na medida que avançavam os anos, conforme é costume, nem mesmo quando exerci cargos administrativos. Além disso, entendo muito relevante para a docência o contato com alunos da graduação para contribuir na sua formação. Acredito que é na graduação onde encontram-se os maiores desafios para os professores dos Cursos de Direito, especialmente se tratando de disciplinas da área de formação geral (também chamadas de disciplinas “propedêuticas” do Direito).

Por falar nisso, um dilemas dos professores das disciplinas do eixo de formação geral no âmbito dos Cursos de Direito: eles precisam constantemente se legitimarem perante os alunos para justificarem os motivos que suas disciplinas são importantes/necessárias para a sua formação. Nem mesmo o caráter normativo das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito é capaz de fazê-los compreender as suas vantagens. Lembro-me de alguns colegas professores das disciplinas profissionalizantes que se referiam a estas disciplinas como a “perfumaria do Direito” para as estigmatizarem perante os corpos docente e discente. Não foi à toa que, em 2005, publiquei na Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, v. 42, o artigo “A função e a importância das disciplinas propedêuticas na estrutura curricular dos cursos de Direito no Brasil”, em resposta aos ataques que as disciplinas e os professores das disciplinas do eixo de formação geral estavam sofrendo no Curso de Direito.

Os primeiros dois anos como professor, que coincidiram com os anos em que estava cursando o Doutorado, caracterizaram-se por ser um período de imersão total na UFPR, exigindo uma grande dedicação e energia para a preparação das aulas e correção de provas de trabalhos (150 alunos aproximadamente). Ao mesmo tempo, foi um período de grande satisfação não apenas por viver integral na academia, mas pelos resultados positivos nas atividades docentes, trabalhando com os melhores alunos em face do rigoroso processo seletivo da UFPR.

Nas aulas, consoante os ensinamentos de Álvaro Mello Filho, no seu livro “Metodologia do Ensino Jurídico”, utilizei o método de aulas expositivas dialogadas, buscando a participação dos alunos durante a exposição dos conteúdos, com a apresentação de muitos exemplos para que as aulas fossem além da mera tautologia das teorias dos sociólogos estudados.

Utilizei metodologias de ensino até então pouco utilizadas tais como seminários, exercícios de fixação e discussões de textos. É desnecessário dizer que no começo estas práticas não foram bem recebidas por certos segmentos de alunos e professores, eis que vistas como “matação de aula”, porque aula mesmo era a aula expositiva, ou seja, o monólogo do professor. Além disso, elas implicavam uma postura ativa dos alunos, algo que eles não estavam acostumados desde o ensino de segundo grau/médio dentro da lógica que o professor transmite a informação e os alunos as memorizam e as reproduzem nas provas.

Concebi uma nova modalidade de prova totalmente “heterodoxa”: ao invés de pedir que os alunos dissertassem sobre os conceitos das categorias concebidas pelos autores estudados, eu inseria situações do mundo da vida (excertos de artigos de jornais, reportagens, charges, etc.) e pedia para que os alunos as interpretassem à luz das teorias. Portanto, as respostas eram constituídas de duas etapas: “teorização” e “contextualização”, o que significava uma proposta em total oposição ao modelo tradicional da reprodução de informações memorizadas, para que os alunos refletissem situações concretas do cotidiano. Desta forma, a prova não significava o final do processo ensino-aprendizagem, mas mais um momento do processo ensino-aprendizagem e possibilitava que os alunos pudessem perceber que era possível interpretar o mundo além do senso comum e que as disciplinas do eixo de formação geral estavam sintonizadas com a realidade fora dos muros da Universidade.

Estas práticas adotadas são resultado das experiências docentes que tive antes de ingressar na UFPR, o que converge com a minha estratégia de fazer uma pequena síntese da minha trajetória no magistério e na advocacia, pois elas foram fundamentais para o início da minha atividade docente na UFPR, possibilitando consistência teórica, prática e pedagógica. É importante ressaltar que em 2000, durante o Doutorado, cursei a disciplina Metodologia do Ensino Superior do Programa de Pós-graduação em Educação na UFPR, a qual me propiciou bases mais sólidas sobre a Didática

e Metodologia do Ensino Superior e tais conhecimentos foram também relevantes quando assumi a disciplina Prática de Docência em Direito no PPGD, em 2012, conforme explicarei mais tarde.

Creio que é importante registrar que ao longo de 22 anos como professor, cumpri rigorosamente todos os conteúdos do Plano de Ensino de todas as disciplinas que ministrei. Isso não é apenas o resultado da minha organização, uma virtude que cultivo com orgulho mas, sobretudo, pelo imperativo ético que tal postura representa. Neste mesmo diapasão, salvo uma única vez em 1999, nunca faltei a uma aula sequer. Sob meu ponto de vista, o professor deve representar para os alunos um modelo a ser seguido, portanto, na minha opinião, o compromisso e a responsabilidade com a docência são exemplos a serem dados para contribuirmos com estas práticas no futuro.

Durante minha trajetória na graduação orientei muitos monitores, o que eu considero uma conquista em se tratando de uma disciplina do eixo de formação geral. Desde 1999, no meu segundo ano como professor, muitos alunos despertaram o interesse, quando normalmente isso acontecia com as disciplinas profissionalizantes ou com professores renomados. Hoje, olhando retrospectivamente, constatei que muitos daqueles monitores são professores destacados nas suas áreas de atuação, motivo que me dá muito orgulho deles e uma sensação de dever cumprido por ter contribuído para estimular as suas vocações.

Houve algumas orientações de monografias. Normalmente, os temas tratados pelos alunos dizem mais respeito às disciplinas profissionalizantes. De qualquer forma, todos os meus orientandos de monografia foram excelentes alunos, muitos deles ingressaram no Mestrado e alguns no Doutorado. Dentre eles, destaco a monografia do aluno Rene Toedter, a qual foi publicada em livro sob o título “Globalização econômica e neoliberalismo: reflexos sociojurídicos no mundo do trabalho” pela Editora Boiteux em 2008.

Da mesma forma, como ocorreu com a monitoria, orientei muitos alunos na Iniciação Científica. Dentre as minhas linhas de pesquisa, especialmente a que trata sobre os efeitos negativos causados pela globalização econômica e do neoliberalismo na política e no Direito, ainda encontra muita ressonância para investigação pelo corpo discente, em face da Reforma Trabalhista implementada no Brasil entre 2016 e 2017, a qual precarizou o trabalho e desmanchou o próprio Direito do Trabalho.

Todavia, de todas as experiências com orientações de alunos para atividades ensino, pesquisa e extensão, nenhuma se compara à vivência que tive nos seis anos que fui Tutor do PET Direito, entre 2005 e 2011. Por este motivo, irei me delongar mais no seu relato.

Meu ingresso no Grupo PET Direito, na função de Tutor, foi, na verdade, uma surpresa. Em novembro de 2005, o Tutor à época havia assumido a Coordenação do PPGD, em 2014, não conseguia mais conciliar os seus compromissos com o Grupo. Ao mesmo tempo, muitos os alunos integrantes já se encontravam no quarto e quinto ano do Curso e não conseguiam dedicar-se como deveriam. Em face destas circunstâncias, o Tutor realizou uma reunião com os alunos e ele informou sua intenção de deixar a tutoria para encontrar um professor para revitalizar a atuação do Grupo, todavia, gostaria de ouvir os integrantes acerca de nomes para assumir o cargo. Eis que meu nome foi aventado, eis que teria condições de dedicar-me à função, bem como pela minha capacidade de organização e planejamento para revitalizar o funcionamento do PET Direito.

Apresentei o meu plano de trabalho que tinha como premissas principais: encontros regulares do Grupo, realização de encontros de Grupos de Pesquisa, bem como de outros eventos, com a participação de alunos da graduação (para integrar o PET Direito com o Curso) e a produção de pesquisas individuais pelos integrantes em consonância com as áreas de concentração do PPGD (para criação de uma ligação do curso de graduação com o Mestrado e Doutorado). Uma outra premissa importante: os temas das atividades seriam escolhidos pelos alunos, para que eu não monopolizasse, como Tutor, o PET Direito transformando, por exemplo, em PET Sociologia do Direito. Portanto, a construção das atividades era coletiva dos 18 integrantes (12 bolsistas e 6 voluntários) e do Tutor, dentro da filosofia que deve dirigir os PETs e não algo imposto de cima para baixo.

O início da tutoria, como se pode imaginar, não foi nada fácil. Era necessário uma ruptura na “cultura” que vigorava até então que a participação no PET Direito era algo eventual e que não poderia “atrapalhar” os estágios dos alunos. Convencionamos então encontros nas sextas-feiras à tarde, das 13h30 às 16h30 para realização dos Grupos de Pesquisa, cujos temas e bibliografia eram definidos pelos alunos com a colaboração dos professores do Curso de Direito. Os textos deveriam ser lidos e suas fichas de leitura entregues antes do encontro para o debate dos textos com a

participação dos alunos da graduação, sob minha mediação. Houve a divulgação dos Grupos de Pesquisa no Curso de Direito e vários alunos participaram deles. Com isso, aos poucos, o PET Direito deixou de ser estigmatizado com a alcunha “PET Maçonaria” e o PET Direito começou a fazer parte do cotidiano do Curso de Direito. Para que essa “imersão” do PET Direito com os alunos do Curso fosse ainda mais intensa, após a conclusão dos Grupos de Pesquisa, alguns petianos apresentavam as conclusões das discussões para as turmas do primeiro ano da graduação, nas aulas cedidas por alguns professores, visando estimular os calouros para a participação na seleção para ingresso no Grupo no próximo ano.

Solicitei relatórios mensais da produção das pesquisas dos petianos para que no EVINCI (Encontro de Iniciação Científica) da UFPR eles as apresentassem e publicassem os seus resumos nos Anais do Evento. O PET Direito era responsável pela Jornada de Iniciação Científica do Curso de Direito, a qual acontecia anualmente e, nesta condição, o Grupo fez ampla divulgação do evento e contou com a presença de professores da UFPR e de outros Cursos de Direito de Curitiba, os quais arguiram os candidatos e avaliaram os artigos, sendo que os cinco melhores artigos foram publicados na íntegra e os demais os seus resumos, graças à parceria com o CAHS (Centro Acadêmico Hugo Simas) que patrocinou a publicação dos Anais. Para estimular as publicações, todos os anos, os alunos deveriam produzir um artigo coletivo, cujo tema era definido a partir das temáticas estudadas nos Grupos de Pesquisa para a publicação na Revista Jurídica do CAHS, numa seção destinada ao PET Direito.

Para fomentar a produção científica dos alunos da graduação, o PET Direito realizou vários encontros denominados “Oficinas de Metodologia” para capacitá-los na produção de planos de pesquisa. Vários professores foram convidados para conduzir os encontros, não apenas do Curso de Direito, mas também das áreas de Sociologia, Filosofia e História, dentre outras.

Foram realizados vários encontros denominados PET Cinema, nos quais filmes eram exibidos com ingresso aberto à comunidade em geral, e foram convidados debatedores para discussão com o público. O Grupo organizou algumas atividades em escolas de ensino médio para tratar de temas que foram primeiramente definidos com os estudantes das escolas e adotadas metodologias adequadas para o contato, evitando a tendência do uso do “juridiquês” nas abordagens de temas jurídicos.

Além disso, os estudantes de Direito não apreciam apenas Direito e, por isso, foram criados vários encontros para o PET Literatura nos quais alguns romances foram lidos e marcados encontros para discussão com os alunos da graduação, nos moldes de um clube de leitura.

Em síntese, foram estas as principais atividades que desenvolvi no PET Direito, as quais envolveram ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e habitual. O Curso de Direito sabia que o PET Direito era mais do que uma sala aonde alguns alunos se reuniam: era um local para produção e disseminação de saberes aberto para o corpo discente. Hoje, muitos daqueles petianos são destacados professores, pesquisadores e/ou profissionais jurídicos que a UFPR forjou para além dos ensinamentos produzidos dentro da sala de aula.

Como diz o dito popular, a experiência no PET Direito não foi um “mar de rosas” porque houve resistências de várias naturezas e origens, mas procuro lembrarme com carinho e orgulho das muitas experiências positivas que vivenciei e a profícua produção gerada, graças ao apoio e compreensão dos alunos da minha proposta de trabalho e da cooperação de muitos colegas professores que participaram ativamente do PET Direito (os amigos do PET).

4.2. As experiências no Curso de Pós-Graduação e as produções intelectuais

Após a defesa da minha tese, o Coordenador do PPGD à época, Professor Luiz Edson Fachin, propôs ao Colegiado do PPGD minha inclusão no quadro do PPGD da UFPR, a qual foi aprovada em agosto de 2000 para ministrar a disciplina Sociologia do Direito no Mestrado e Direito e Sociedade no Doutorado. De plano, um novo desafio a ser enfrentado: a construção de Planos de Ensino para as disciplinas do Mestrado e do Doutorado sintonizados com reflexões do Direito a partir da Sociologia, bem como que atendessem não apenas a formação dos alunos, mas também propiciar o embasamento teórico e bibliográfico para contribuir com suas pesquisas para a produção das dissertações e teses.

Até aproximadamente o final da primeira década de 2010, era bastante comum verificar que os alunos ingressantes tinham uma base teórica bastante incipiente em Sociologia do Direito ou, muitas vezes, sequer haviam cursado a disciplina na

graduação. Portanto, foi necessário, primeiramente, disponibilizar o conhecimento básico e, ao mesmo tempo, fazer o aprofundamento dos conhecimentos que se esperam dos alunos no PPGD. Uma vez que a disciplina era optativa, isso implicava o interesse dos alunos na sua oferta e tal particularidade contribuiu muito para a efetiva participação dos alunos e no seu aproveitamento.

Os conhecimentos auferidos na disciplina Metodologia do Ensino Superior que cursei no Mestrado em Educação foram fundamentais para a proposta metodológica dos encontros das disciplinas. Adotei a modalidade de ensino de seminário, *comme il faut*, ou seja, como uma técnica de discussão. Portanto, algumas premissas foram estabelecidas: 1) a apresentação de um tema consistia na elaboração de um roteiro a partir de algumas fontes bibliográficas indicadas (não apenas de um livro); 2) era obrigatória, para os alunos que não realizavam a apresentação, uma leitura básica para conhecer o texto para terem condições de participar dos debates (não se realiza seminário a partir de um tema que não é conhecido por todos); 3) a parte mais importante dos encontros eram os debates que se realizavam após a apresentação do tema do seminário e os alunos eram avaliados a partir da sua performance. No que tange à avaliação, o trabalho de conclusão da disciplina deveria ser apresentado na forma de um artigo para estimular os discentes a publicá-los, cujos temas, muitas vezes, surgiram dos debates realizados.

Em 2012, além destas disciplinas, fui convidado pelo Coordenador do PPGD, Professor José Antônio Peres Gediél, para ministrar a disciplina Prática de Docência em Direito no Mestrado e no Doutorado. Desde lá, tem sido uma experiência excepcional e muito aprazível: contribuir na formação dos futuros professores de Direito. Novamente, a disciplina Metodologia do Ensino Superior que cursei no Mestrado em Educação foi essencial para a construção do Plano de Ensino e da metodologia. Assim como qualquer profissão exige uma capacitação teórica e técnica, o magistério também o exige. Por isso, os temas tratados, a bibliografia utilizada e as discussões dos seminários procuram transitar sempre pelas situações reais vivenciadas pelos alunos e professores dos cursos de graduação, para evitar que a disciplina se restrinja ao conhecimento teórico decorrente da Didática e Metodologia do Ensino Superior. Além disso, os alunos da disciplina são preparados para se defrontarem com a prova didática que constitui uma etapa dos concursos públicos e processos seletivos para contratação de professores nas IES.

Infelizmente, no Brasil, não havia e não há ainda uma institucionalização de uma entidade que reúna pesquisadores nacionais e internacionais na área da Sociologia do Direito para a realização de encontros e publicações anuais, nem uma Revista Jurídica destinada à publicação na área. Por este motivo, participei de vários Congressos internacionais promovidos pela *Sociedad Argentina de Sociología Jurídica*, tendo apresentado vários artigos que foram publicados nos livros dos Anais do Congresso. Nestes eventos, houve a participação de professores e pesquisadores de vários países da América do Sul. Para contribuir com esta interação com pesquisadores da Sociologia, fiz a submissão da minha filiação na Sociedade Brasileira de Sociologia e fui admitido como integrante em 2011.

Em face destas peculiaridades, a maioria das minhas publicações foram realizadas nos livros dos Anais dos Congressos da *Sociedad Argentina de Sociología Jurídica* de tal forma que em quase todos os anos publiquei um ou mais artigos neste repertório, as quais foram produto das pesquisas, tanto na área de Sociologia do Direito, quanto na área de Metodologia do Ensino Jurídico, que eu realizei naqueles respectivos anos. É importante destacar que as Revistas do estrato QUALIS A têm linhas de pesquisa e/ou temáticas que não estão sintonizadas com as disciplinas de formação geral, peculiaridade que inviabilizou a busca por periódicos com este *status* para publicações.

Penso que seria oportuno, neste momento, falar sobre minha produção intelectual, especialmente destacando a sua relevância. Por este motivo, entendo oportuno, discorrer sobre as cinco principais publicações eis que, no Currículo Lattes elas são solicitadas, todavia, não há espaço destinado para a sua justificação:

1) LIVRO: “Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas no campo político e jurídico”, publicado pela Editora Sérgio Antônio Fabris em 2002. Trata-se do produto de muito anos de pesquisa, num contexto adverso à produção bibliográfica sobre o tema (bibliografia escassa) e que considero o trabalho que expressa a minha maturidade como pesquisador. Ainda hoje o livro é atual e é uma referência para a compreensão das consequências negativas desencadeadas a globalização econômica e o neoliberalismo, sendo que muitas das análises feitas à época sobre a precarização do trabalho e dos direitos sociais do trabalho no Brasil alertavam a Reforma Trabalhista no Brasil, com a supressão de muitos direitos, e que efetivamente ocorreu entre 2016 e 2017.

2) CAPÍTULO DE LIVRO: “O discurso jurídico no contexto dos cursos de direito no Brasil: reflexões a partir das teorizações de Pierre Bourdieu”, “in” FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *Direito e discurso: discursos do direito*. Florianópolis, ed. Fundação Boiteux, 2006, p. 105-122. Trata-se do produto das minhas incursões na obra de Pierre Bourdieu buscando a compreensão do Direito. Bourdieu é um autor complexo e que demanda muita atenção, especialmente por suas alterações nítidas de pensamento e de constantes rupturas teóricas e metodológicas, sendo que, à época, muito livros ainda eram inéditos em português ou espanhol, tal como o livro *Homo Academicus*, o qual utilizei, juntamente, com o livro “A Reprodução” que foram as fontes bibliográficas principais para a produção do capítulo. Nele, procuro desvendar os *habitus*, as trocas de capitais, as manifestações do poder simbólico e as relações dos agentes no campo educacional jurídico.

3) APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO ABSTRACT NOS ANAIS DE CONGRESSO: “Globalization and neoliberalism and theirs negative consequences in politics and law”, cujo *abstract* foi apresentado no *Second ISA (Internacional Sociological Association) Forum of Sociology Social and democratization*, ocorrido em 2012, na Universidade de Buenos Aires. Neste evento, tive a oportunidade de apresentar minhas pesquisas sobre os efeitos negativos da globalização econômica e do neoliberalismo no Direito, especialmente, no que tange à perda dos direitos sociais, num evento internacional e dialogar com pesquisadores de várias nacionalidades sobre investigações sintonizadas com a Sociologia e o Direito.

4) APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO ARTIGO NO LIVRO DOS ANAIS DE CONGRESSO: “*Las contribuciones de Zygmunt Bauman para entender la globalización y el derecho*”, no *XV Congreso Nacional y V Latinoamericano de Sociología Jurídica de Sociología Jurídica*, em 2014, na cidade de Rosario, na Argentina. Bauman é um autor canônico para conhecer nossos tempos contemporâneos, pois sua vasta obra, a partir da compreensão da época que vivemos (modernidade líquida), nos permite desvendar muitos aspectos que o autor o faz com maestria e lucidez. Dentre estes aspectos, torna possível a compreensão da contemporaneidade globalizada e os seus reflexos, especialmente, nas dimensões social, política e jurídica. Após a leitura de aproximadamente 20 livros cujas temáticas tangenciavam esta temática, produzi este artigo. A obra de Bauman nos traz algumas pistas de como devemos nos posicionar perante

o panorama preocupante que a modernidade líquida nos apresenta, nos estimulando a pensar e repensar sobre ela.

5) ARTIGO: *“Propuestas de métodos de enseñanza de disciplinas que integran el eje de formación fundamental de acuerdo a las directrices curriculares de los programas de derecho en Brasil”*, na *Revista Pedagogía Universitaria Y Didáctica Del Derecho*, da Universidade do Chile, em 2015. Este artigo foi o primeiro que publiquei fora do Brasil e foi o produto das minhas pesquisas realizadas para ministrar a disciplina Prática de Docência em Direito e das minhas experiências como docente na disciplina Direito e Sociedade na graduação. Nesta publicação, são tratados os desafios didáticos e apresentadas propostas de metodologia de ensino da Sociologia do Direito nos Cursos de Direito no Brasil.

Considerando as peculiaridades da área da Sociologia do Direito descritas anteriormente, entendi que não era oportuna a criação de um Núcleo de Pesquisa no PPGD, eis que eu seria o único professor integrante. Procurei fomentar as pesquisas na área por meio das orientações na Iniciação Científica, conforme explicitiei no item anterior. Todavia, o fato de não ter criado um Núcleo de Pesquisa, não significa que não atuado nos existentes. Particpei do Núcleo de Pesquisa História, Direito e Subjetividade até 2010 e do NEFIL (Núcleo de Estudos em Filosofia, a partir de 2011, o qual é coordenado pelo Professor Celso Luiz Ludwig.

O pequeno desenvolvimento da área da Sociologia do Direito, assim como das disciplinas de formação geral, não estimula a busca de orientações para a realização de pesquisas no Mestrado e no Doutorado. Por este motivo, não tive muitos orientandos comparativamente aos professores das disciplinas de cunho dogmático/profissional. Todavia, todos foram excelentes e utilizaram marcos teóricos da Sociologia ou da Sociologia do Direito, ou seja, suas investigações estavam sintonizadas com minha linha de pesquisa. Procurei ser um orientador presente, que facilitava a comunicação e a agilidade das consultas. Foram produzidos excelentes trabalhos, nem todos publicados e, dentre estes destaco duas teses: 1) Luís Fernando Sgarbossa, “Crítica à Teoria dos Custos dos Direitos: reserva do possível”, Editora Sérgio Antônio Fabris, 2010; e 2) Geziela lensue, “Ações afirmativas, eficiência e justiça: análise da legitimidade a partir do desenvolvimento como liberdade”, Lumen Juris, 2016, os quais foram prefaciados por mim e uma dissertação: Márcio Soares Berclaz, “A dimensão política-jurídica dos

Conselhos Sociais no Brasil: uma leitura a partir da política da libertação e do pluralismo jurídico”, Lumen Juris, 2013.

4.3. As experiências nos cargos administrativos e órgão de representação

Quando ingressei na UFPR, no Curso de Direito, ser professor em regime de dedicação exclusiva significava também assumir responsabilidades além das didáticas, especialmente, as administrativas.

Por isso, desde o início, exerci vários cargos administrativos concomitantemente com minhas funções docentes e nunca postulei redução pela metade da carga horária em sala de aula (conforme autorizavam as Resoluções CEPE nº. 108/00 e 34/12), conforme ressaltei anteriormente.

Primeiramente, atuei como Vice-coordenador da COOPEX (Coordenação de Pesquisa e Extensão) de setembro/1998 até dezembro/1999 e, em janeiro/2000 assumi o cargo de Coordenador até novembro/2004. Nestas atividades, eu fui responsável por organizar as atividades complementares do Curso de Direito instituídas pela Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito (Portaria MEC Nº. 1.886/94) e presidi a Comissão de Atividades Complementares encarregada da análise dos pedidos de registro das atividades complementares. Fiz a organização das bancas do EVINCI dos anos 2000 a 2004 do Setor de Ciências Jurídicas e fui responsável pela tramitação dos processos de Iniciação Científica/PIBIC do Curso. Representei o referido Setor no Comitê Assessor de Extensão (PROEX), no Comitê Geral de Estágios (PROGRAD) e no Comitê Geral de Pesquisa (PRPPG).

Atuei como Presidente da Comissão Executiva Editorial da Revista da Faculdade de Direito (Portaria Setorial nº. 14/99) entre 1999 e 2000. Neste período, a Revista foi publicada pela Editora Síntese e marcou o início da edição de dois números anuais.

Fui eleito membro suplente do CEPE em 1999 e cumpri dois mandatos como membro titular no período de 2000 a 2004. A vivência nos Conselhos Superiores da UFPR constituiu num aprendizado extraordinário, eis que me permitiu não apenas conhecer

a UFPR numa perspectiva macro, mas também as particularidades dos Setores e dos Cursos, dos problemas enfrentados pelos membros da comunidade acadêmica como um todo. Os conhecimentos jurídicos da minha formação me possibilitaram contribuir no debates e na produção dos pareceres. Nestes anos, dentre os assuntos mais importantes, foram aprovadas as cotas afirmativas no processo seletivo do vestibular (a UFPR foi uma das IFES precursoras) e o PROVAR (Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes).

Fui designado membro da Comissão de Redação da Reforma Curricular do Curso de Direito, por meio da Portaria Setorial nº. 26/06.

Em 2006, como todo esse conhecimento e vivência acumulado nos Conselhos Superiores da UFPR, entendi que havia chegado a hora de colaborar com o Curso assumindo a Chefia do Departamento de Direito Público, e fui eleito para 2 mandatos consecutivos (2006-2010). E tal mister implicou uma grande quantidade de energia e dedicação, posto que procurei não ser apenas um mero “despachante” de pedidos de segunda chamada, revisão de provas e afins. Havia muitos problemas a serem resolvidos, especialmente com a assiduidade e o compromisso de alguns professores, bem como a obtenção de vagas para realizar concursos para substituir professores que pediram exoneração e outros necessários em face da Reforma Curricular. Adicione-se a isso a Reforma Curricular do Curso de Direito ocorrida em 2008, a qual foi toda discutida e implementada entre fevereiro a junho, exigia a realização de reuniões quinzenais no Departamento e quinzenais no Colegiado do Curso/Conselho Setorial para que fosse aprovada no mesmo ano para entrar em vigor em 2009 (a urgência decorria do cumprimento das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito que deveriam ter sido implementadas até o final 2006 – Resolução CNE/CES nº. 09/2004).

Entre agosto/2008 e março/2009 fui designado para Coordenação NPJ (Núcleo de Prática Jurídica) com a missão específica de organizar o funcionamento do órgão. Felizmente, aqueles anos de atuação como advogado foram importantes para o desempenho desta tarefa.

Em 2015, fui designado pelo Chefe do Departamento de Direito Público para integrar o NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso de Direito, função que ocupo ainda hoje. Nestes anos de atuação, contribui com a criação da minuta do Regimento do NDE e com o parecer sobre as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito

introduzidas pela Resolução CNE nº. 05/2018. Para o exercício desta atividade, foram indispensáveis os conhecimentos auferidos no CEPE e no COUN, na atuação como Chefe de Departamento e como membro do Conselho Setorial e de Didática e Metodologia do Ensino Superior.

Como se pode constatar, tive uma intensa atuação no exercício de cargos administrativos concomitantemente com todas minhas atividades docentes. Procurei sempre exercê-las de tal forma que elas não comprometessem o meu desempenho como professor, pois este foi meu propósito ao submeter-me ao concurso público. Minhas atuações tinham por objetivo trazer minhas contribuições para o bom funcionamento administrativo da UFPR para a comunidade universitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E no meio de um inverno eu finalmente aprendi que havia dentro de mim um verão invencível. Nestes tempos de espera, um novo capítulo é escrito. No final, há um começo”.

(Albert Camus, O Verão, extraído de “Retorno à Tipasa”, 1952)

O leitor poderá estranhar esta epígrafe, mas já a explicarei. Eu estou escrevendo este memorial num dos períodos mais nefastos da história da humanidade: a pandemia que aprisionou a humanidade completa um ano e que não dá sinais que irá terminar tão cedo. Milhões de mortes, sofrimento, privação de contato humano nos fizeram reféns de nossas casas, escravos de uma paranoia pela higienização e substituindo a socialização pelo contato virtual.

Confesso que não foi fácil escrever este memorial nestas condições. Faltava-me a inspiração ou faltavam-me as “musas” como diriam os antigos. A felicidade de conquistar a última etapa da progressão docente conviveu, ao mesmo tempo, com a sensação de um certo gosto de cinzas na boca decorrente da triste realidade do mundo que me cerca, afastado dos meus familiares, amigos, alunos e colegas de trabalho.

Todavia, na medida em que fui escrevendo este memorial, no meio do meu inverno metafórico da pandemia, ao observar todas as minhas realizações ao longo destes 22 anos, descobri, assim como o personagem do conto de Camus, um verão inesquecível de conquistas ao longo da trajetória do meu desenvolvimento profissional como docente.

As orientações para a produção do memorial solicitam que, nas considerações finais, seja realizada uma autoavaliação, que se reflita sobre a contribuição para o meu próprio crescimento, para a UFPR e para minha área de conhecimento.

Salvo melhor juízo, creio que já o tenha feito ao longo da redação do memorial. Portanto, à guisa de ser breve, farei algumas observações para sintetizar minha autoavaliação.

Minha trajetória docente aqui narrada, é eloquente, por si só, para demonstrar o meu intenso comprometimento com meu crescimento profissional. Procurei, ao longo de todo o tempo, desempenhar outras atividades além da docência, de forma a diversificar a minha capacitação como professor e como servidor público. Como professor, ao longo de 22 anos ininterruptos, ministrei aulas na graduação e na pós-graduação, e anualmente atualizei minhas aulas e métodos didáticos e cumpri rigorosamente os Planos de Ensino das disciplinas. Na condição de pesquisador, investiguei temas relevantes e atuais, tendo como marcos teóricos a Sociologia, o Direito e a Sociologia do Direito e incorporei os resultados obtidos na criação das aulas e na minha produção intelectual. Orientei muitos alunos de Iniciação Científica assim como no PPGD, no Grupo PET-Direito e na produção de monografias de conclusão de curso. Quando exerci cargos administrativos, o fiz dentro dos princípios que regem a Administração Pública e com dedicação constante, não deixando que tais encargos comprometessem minhas atuações em outras atividades docentes. Todas estas atividades colaboraram para tornaram-me uma referência no campo da Sociologia do Direito no Brasil, não apenas pela minha atuação docente e minhas pesquisas, mas por ter contribuído para reverberar esta área do conhecimento nas pesquisas feitas pelos alunos da Iniciação Científica e do Mestrado e do Doutorado e suas publicações decorrentes.

Sob o ponto de vista institucional, fui um servidor público que cumpriu sempre com suas obrigações, sem haver necessidade de ser advertido. Como professor,

tinha apenas uma única falta em 1999. Tive a oportunidade de atuar na UFPR além do Prédio Histórico da Praça Santos Andrade, onde se localiza o Curso de Direito, como minha participação durante 5 anos nos Conselhos Superiores e em vários órgãos de representação da PROGRAD, PRPPG e PROEC.

A partir disso, eu poderia dizer que meu legado, nestes 22 anos de docência, é a minha postura ética como professor, no sentido que ser comprometido com a profissão e com a vocação, de tal forma a inspirar e, quem sabe, servir de exemplo para as futuras gerações: os futuros professores que foram meus alunos.

E assim, ao encerrar estes memoriais, o personagem de Camus me inspira a despertar em mim um novo começo e não para o final de uma trajetória. Há outros capítulos a serem escritos pois, afinal de contas, o futuro está em aberto e há muito mais coisas a serem feitas. Para isso, há que ter paciência porque vivemos num tempo de espera.

Abili Lázaro Casto de Lima